

Ata da XVI Reunião do Comitê Nacional de Biotecnologia – XV CNB

Data: 1º de dezembro de 2010

Local: 3º andar, Sala de Reunião da ABDI, Brasília, DF.

Participantes:

Conforme Lista de Presença anexa.

Abertura

A reunião foi aberta às 10h20 pelo Coordenador suplente, Sr. Sergio Figueiredo, até a chegada do Secretário de Inovação, Prof. Francelino Grando. Foi verificado o quórum com 15 membros presentes. Além dos representantes das entidades-membro, estavam presentes os seguintes convidados: BioRio, SEBRAE Nacional e APEX-Brasil.

Também estavam presentes os Coordenadores dos GT do Fórum de Biotecnologia, o Industrial, Sra. Márcia Pontes, o de GT Saúde Humana, Sr. Márcio Bosio, e o GT Agronegócio, Sra. Marilena Hollanda.

Foram aprovadas a Ata da XV Reunião e a Agenda da XVI Reunião, com alteração.

Pauta

1) PDP BIOTEC 2011-2014

O Coordenador suplente relatou o processo de formulação da PDP 2011-2014, iniciado na Reunião do Fórum de Competitividade de julho de 2010, recebendo contribuições iniciais do MCT, BNDES e ALANAC. Em seguida houve reuniões coordenadas pela ABDI, de forma a sistematizar o trabalho que, na última etapa, foi apresentado e comentado pelos Grupos de Trabalho do Fórum de Competitividade da Biotecnologia em suas reuniões realizadas em novembro último.

Em seguida, a Sra. Carla Naves, da ABDI, fez um informe geral sobre a nova PDP, tratando das novas macro-metas que estão sendo definidas. Informou que a Secretaria Executiva da PDP já havia preparado o relatório final da PDP vigente, trazendo um balanço da Biotecnologia. Informou que a nova PDP deve tratar da preocupação com as notícias de desindustrialização da economia. Disse que a PDP 2011-2014 está ainda em análise pela ABDI, para fins de verificação da coerência e alinhamento das metas, e que modificações ainda poderão ser introduzidas. Destacou que a aprovação pelo CNB, naquele momento, seria feita em caráter preliminar e que a nova PDP deverá ser lançada em abril de 2011. Informou também que as metas não deverão ser divulgadas neste momento.

Sr. Gilberto Soares, da Finep, lembrou que as metas estabelecidas em relação aos produtos dependem do marco regulatório, que muitas vezes ainda não foram desenvolvidos. Uma das questões que ele deseja ver retomada nos trabalhos de 2011 é a das definições do que é Biotecnologia para fins de fomento e financiamento.

Sr. Sergio Figueiredo, do MDIC, iniciou a apresentação destacando que se buscava na PDP 2011-2014 fazer diferente do que já foi feito, concentrando ações que afetam diretamente as empresas privadas, incluindo ações sobre o marco regulatório e infraestrutura. Informou que o cadastro que está sendo compilado pelo MDIC já contém aproximadamente 930 empresas listadas; entretanto, é provável que nem todas possam ser consideradas de Biotecnologia. Destacou que a falta do marco regulatório para várias tecnologias seria a razão para a descontinuidade nos projetos de fomento; ou seja, é possível fomentar com facilidade a pesquisa, mas não a produção por causa da falta de regras de registro e de autorização. Destacou que tanto a inserção nas cadeias produtivas, quanto na viabilização econômica das

empresas de Biotecnologia, na sua maioria MPE, serão tratados como prioridades nessa nova PDP. Quanto à PDP 2011-2014, informou ainda que busca o reconhecimento das responsabilidades dos órgãos pelas ações, ainda que preliminarmente, para dar sustentação à proposta. Lembrou que uma das recomendações seria que as agendas específicas de cada ministério fossem reunidas e entregues aos novos Ministros no início de seus mandatos.

Sr. Luiz Henrique Canto, do MCT, relatou que já adotou parcerias com o MS em relação aos biotérios e pré-clínicos.

Sr. Helinton Rocha, do MAPA, informou que nas ações do MAPA já está contida a medida de compras públicas, mas que cabe estudar como melhor redigir a proposta.

O Coordenador, Prof. Francelino Grando, do MDIC, ressaltou que a atribuição de criação de uma medida de favorecimento à utilização de offset deveria ser iniciativa do próprio CNB.

Sr. Helinton Rocha, do MAPA, lembrou que os acordos de transferência de tecnologia da área agropecuária não são registrados pelo INPI e que é preciso tratar também de capacitação nesta área.

Sr. Hélio Lôbo, da APEX, lembrou que quem já faz uso das negociações de offset com sucesso é o Ministério da Defesa.

Sr. Gilberto Soares, da FINEP, e Sr. João Pieroni, do BNDES, adicionaram comentários que resultaram na modificação adotada nos objetivos da proposta da PDP 2011-2014 para a biotecnologia.

Prof. Francelino Grando, do MDIC, ressaltou a qualidade da articulação entre o CNB e o Fórum e concordou com a importância de que o governo não interfira nas decisões comerciais e tecnológicas.

Ao final foram adotadas as modificações sugeridas, que serão apreciadas pela Secretaria Executiva da PDP.

Com relação às medidas, foi proposto e adotado o seguinte encaminhamento: as instituições participantes do CNB deveriam tomar conhecimento das medidas e seus detalhamentos e enviar seus comentários por email para o Sr. Sergio Figueiredo até 7 de dezembro de 2010. A ABDI procederá a uma revisão metodológica em relação à redação de objetivos e medidas.

2) COP/MOP 5 – Protocolo de Cartagena

O Coordenador suplente, Sr. Sergio Figueiredo, do MDIC, encaminhou o problema do seguro financeiro e seus impactos ao comércio, sugerindo a necessidade de análise jurídica sobre os efeitos do Protocolo Suplementar, visando, se for o caso, manifestação deste Comitê no sentido da não-ratificação do referido Protocolo.

Sr. Helinton Rocha, do MAPA, alertou para a situação ímpar do Brasil como único grande exportador sujeito as regras do Protocolo Suplementar e alertou para seus impactos sobre as empresas brasileiras, devido ao seu uso como barreira técnica ao comércio, podendo, inclusive, prejudicar a competitividade da soja brasileira. Lembrou que a saúde começa com a alimentação.

Sr. Érico Feltrin, da Casa Civil, informou que a Casa Civil trabalha por demandas, mas que dão atenção especial às questões levadas pelos Ministérios.

DELIBERAÇÃO 1: Encaminhar aos membros do CNB manifestação solicitando aos órgãos, com afinidade ao tema, que analisem detidamente o Protocolo Suplementar de Responsabilidade e Compensação Nagoya-Kuala Lumpur, verificando o risco do dispositivo de seguro financeiro vir a ser utilizado como barreira técnica ao comércio de transgênicos ou barreira de acesso ao mercado, afetando as micro e pequenas empresas brasileiras. Os órgãos deverão se manifestar na XVII Reunião do CNB.

3) COP 10 – Convenção da Biodiversidade

O Coordenador suplente, Sr. Sergio Figueiredo, do MDIC, informou sobre as preocupações com a possibilidade de acesso de empresas estrangeiras à biodiversidade brasileira, o que traria um prejuízo irrecuperável para o desenvolvimento da biotecnologia no Brasil.

Sr. Érico Feltrin, da Casa Civil, ressaltou que a possibilidade de exploração da biodiversidade por outros países já estava contida no texto da própria Convenção. Ressaltou que o ganho da negociação é o da repartição de benefícios.

Sr. Gilberto Soares, da Finep, relatou que essa exploração estrangeira da biodiversidade é antiga e que a pretensa proteção dos recursos não pode ser o preço do acesso e que não pode haver ingenuidade na adoção de regras internacionais que não nos são favoráveis.

Sr. Helinton Rocha, do MAPA, destacou que o resultado é a exportação da política de biotecnologia brasileira. Lembrou que a FAO e a CBD já haviam reconhecido que os recursos genéticos para a alimentação são críticos e demandam a necessidade de inclusão de espécies não sujeitas às complicações atuais da CBD. Recomendou que, antes da ratificação do Protocolo Nagoya-Cali, seja ampliado o Anexo 1, da feitura de tratado específico para micro-organismos e se faça um tratado para zoogenéticos.

DELIBERAÇÃO 2: Solicitar aos membros que preparem manifestação de suas Consultorias Jurídicas com relação à existência de risco de que o Protocolo Nagoya-Cali de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios obrigue suas Partes a autorizar atividades com sua Biodiversidade por empresas de países estrangeiras. Os órgãos deverão se manifestar na XVII Reunião do CNB.

4) PENDÊNCIAS

PL ACESSO, Cultivares e CBA (Casa Civil)

Acesso – O representante da Casa Civil, Sr. Érico Feltrin, informou que houve uma relação entre o PL de Acesso e as negociações do Regime Internacional de ABS. Relatou que o PL MCT-MAPA avançou. Destacou que há diferenças com relação às especificidades do PL MAPA. Disse que não é provável que esse impasse seja solucionado este ano.

O Coordenador suplente, Sr. Sergio Figueiredo, perguntou se o PL de Acesso reflete a Política de Biotecnologia refletida no Decreto 6.041.

Sr. Érico Feltrin, da Casa Civil, informou que o assunto foi levado ao MDIC, a quem ele considera que seria responsável para trazer ao CNB para que essa avaliação fosse feita.

Sr. Gilberto Soares, da FINEP, considerou que o CNB pode oferecer uma manifestação, mas entende que há um longo trabalho de coordenação realizado em outros níveis. Considerou que dificilmente teremos um PL do CNB na fase atual.

DELIBERAÇÃO 3: Solicitar oficialmente à Casa Civil que o(s) PL(s) de Acesso fosse(m) enviado(s) diretamente ao CNB para pronunciamento nas questões relacionadas ao alcance dos objetivos da PDP-Biotec.

Cultivares – O PL esteve na SAG e na SAJE/Casa Civil, onde houve um conjunto de reuniões, mas agora está na Presidência da República para a adoção da decisão de encaminhamento.

PL CBA – O Ministério do Planejamento considerou viável o modelo proposto no processo 03100.000914/2010-11. No dia 23 de novembro foi recebido na SAG/Casa Civil, e agora depende do encaminhamento formal do Ato Normativo para constituição de uma empresa pública pelo Ministério do Planejamento.

CRB – Não foi possível trazer as informações sobre o Termo de Referência do CRB e sobre a medida legal para o art. 26 da MP de acesso, devido à ausência do representante do INPI.

Estudo de escalonamento – o projeto ainda está na CONJUR/MDIC. Em face da possibilidade de insucesso na aprovação jurídica, o Coordenador suplente perguntou aos presentes sobre a existência de recursos em outros órgãos e entidades. Sr. Gilberto Soares, da FINEP, sublinhou as questões sistêmicas da cadeia produtiva de biotecnologia, que não há um diagnóstico indicando as lacunas. Afirmou também que este tipo de ação é pontual e pode não representar uma prioridade. Encaminhou que é preciso fazer um diagnóstico, a ser discutido no próximo ano.

Análise das medidas de fomento e financiamento – os GTs do Fórum de Competitividade tratarão deste tema em suas primeiras reuniões de 2011.

CP/49 da ANVISA – Sr. Marcelo Moreira, da ANVISA, esteve presente na reunião, mas teve de se ausentar. Foi comunicada a manifestação da indústria com relação à necessidade de maior participação da norma, mas ainda será necessário esclarecer o tema com ALANAC.

5) RELATÓRIO ANUAL DE Biotecnologia 2010

Foi entregue o relatório anual do CNB, em caráter preliminar, para análise e consideração dos membros do CNB. Os comentários específicos deverão ser encaminhados até dia 7 de dezembro. Após esse prazo, as contribuições serão compiladas e o relatório será considerado aprovado, ad referendum, e seu texto sobre a PDP 2011-2014 deverá conter apenas o desafio e objetivos gerais da próxima PDP.

6) INFORMES

Biotech Brazil 2011

Sra. Kátia Aguiar, da BioRio, relatou a formalização da BR-Biotec e a posição da BioRio como coordenadora do PSI da APEX-Brasil. Iniciou sua apresentação sobre a organização e o início dos trabalhos preparativos para a participação brasileira na BIO 2011, que acontecerá em Washington, DC, EUA, entre os dias 27 a 30 de junho de 2011, para que os participantes do CNB interessados no evento possam começar a se organizar.

Com relação ao evento Biotech Brazil 2011, informou que a fase de coordenação das propostas está sob a responsabilidade da BR-Biotec e que a comissão organizadora deverá se reunir para avaliar as propostas de empresas de organização de eventos de grande porte. Disse que em janeiro de 2011 será encaminhada informação dos prazos para participação com artigos e estandes. Ressaltou que o diagnóstico nacional sugerido pelo representante da FINEP já está nos planos de ação da BR-Biotec.

Portal de Biotecnologia

A Coordenadora do GT Industrial, Sra. Márcia Pontes, relatou que houve uma reunião com CGEE que está responsável por desenvolver o Portal Recorte Biotec, baseado no Portal Inovação. Trata-se de uma demanda das empresas que foi alçado a uma das metas do Contrato de Gestão do CGEE junto ao MCT.

Espera-se que o Portal esteja pronto no primeiro semestre de 2011.

Visita aos laboratórios do Ministério da Defesa

Sr. Wilker Filho, da ABDI, solicitou que sua apresentação seja pautada na próxima reunião, visto que os representantes do Ministério da Defesa não puderam comparecer.

7) DELIBERAÇÕES

DELIBERAÇÃO 1: Encaminhar aos membros do CNB manifestação solicitando aos órgãos, com afinidade ao tema, que analisem detidamente o Protocolo Suplementar de Responsabilidade e Compensação Nagoya-Kuala Lumpur, verificando o risco do dispositivo de seguro financeiro vir a ser utilizado como barreira técnica ao comércio de transgênicos ou barreira de acesso ao

mercado, afetando as micro e pequenas empresas brasileiras. Os órgãos deverão se manifestar na XVII Reunião do CNB.

DELIBERAÇÃO 2: Solicitar aos membros que preparem manifestação de suas Consultorias Jurídicas com relação à existência de risco de que o Protocolo Nagoya-Cali de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios obrigue suas Partes a autorizar atividades com sua Biodiversidade por empresas de países estrangeiras. Os órgãos deverão se manifestar na XVII Reunião do CNB.

DELIBERAÇÃO 3: Solicitar oficialmente à Casa Civil que o(s) PL(s) de Acesso fosse(m) enviado(s) diretamente ao CNB para pronunciamento nas questões relacionadas ao alcance dos objetivos da PDP-Biotec.

Próxima reunião: extraordinária, em 31 de janeiro de 2011, para apreciação da PDP-Biotec 2011-2014.

Preparado em 1/12/2010
Sergio Figueiredo